

SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A POPULAÇÃO INVÍSIVEL DO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA

FRANCINE MARQUES (1); CAMILA SILVA GONZALES (2); DANIELE DE LIMA
DAIELLO (3); CRISTINE JAQUES RIBEIRO (4)

Universidade Católica de Pelotas (1) – francine.marques@gmail.com
Universidade Católica de Pelotas (2) – camilinhacsg@hotmail.com
Universidade Católica de Pelotas (3) – danielle.daiello@hotmail.com
Universidade Católica de Pelotas (4) – critinejrib@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar a segregação do espaço urbano como uma manifestação da questão social, acompanhando uma comunidade da periferia da cidade, que resiste há 20 (vinte) anos como posseiros. Problematizando a invisibilidade dessas famílias frente ao poder público, que inviabiliza as condições mínimas necessárias para a subsistência digna dessa população.

As famílias acompanhadas vivem em condições de vulnerabilidade social, cortadas em seu direito de existir. Portanto a proposta em tela é de trazer a oportunidade de ultrapassar a discussão teórica, e despertar o debate na comunidade acadêmica sobre as questões que perpassam as questões sociais e o direito à posse. Nessa análise abordamos a questão da segregação da periferia e a necessidade de reforma urbana, focalizando o estudo no loteamento Santa Cecília, localizado no município de Pelotas, que materializa toda a forma de exclusão e violação de direitos que ocorre nas periferias das cidades brasileiras.

Estudo de caráter interinstitucional, realizado em parceria entre a Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, através da Graduação em Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Política Social, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e o Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas – SANEP, representado pelo trabalho Socioambiental, coordenado pelo Serviço Social.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica utilizada neste estudo visa desenvolver uma pesquisa qualitativa sendo ela, documental e bibliográfica para produção, coleta e análise dos dados, bem como, utilizar a observação cartográfica no sentido de acompanhar os processos coletivos vivenciados pelas famílias. No que se refere ao estudo documental a proposta é analisar e avaliar o contexto histórico no qual foi construída a ocupação no loteamento Santa Cecília, buscar os documentos nas secretarias específicas do município e, em jornais locais, que possam oferecer os registros que informem a realidade da área e o processo de ocupação.

A pesquisa bibliográfica ocorre a partir de cinco categorias de análise, definidas como orientadoras para a fundamentação deste projeto: A função social da posse da terra/território e sua relação com os direitos humanos; o Direito à Cidade; Justiça ambiental e sua relação com as desigualdades; Políticas Públicas Sociais e Questão Social. Paralelamente, acompanhamos as famílias por intermédio da observação cartográfica, cujo instrumento de registro utilizado é o diário de campo, que preconiza o registro dos modos de vida das famílias envolvidas, seus desafios cotidianos, lutas e práticas de resistências coletivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Milton Santos a partir de 1930, com o avanço do processo de industrialização brasileira, e a consolidação do sistema capitalista como modo de produção, ocorreu um grande deslocamento da população que residia no campo em direção as cidades em busca de condições melhores de vida. A falta de infraestrutura das cidades para alocar tantas famílias deu origem as primeiras favelas, que na sua grande maioria existem até hoje, e as quais ainda não possuem a estrutura física necessária, tais como saneamento básico, regulamentação fundiária, unidades básicas de saúde, entre outros, o que acaba colocando a vida dessa população em risco.

A reforma urbana é discutida no Brasil desde 1963, os avanços nesse sentido foram barrados com a implantação do regime autoritário que se deu com o golpe de 1964. Com o agravamento do quadro de desigualdade social, esse debate sobre reforma urbana tomou mais uma vez força com a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana em 1985, mobilizando sociedade civil e movimentos sociais e sindicatos na luta por moradia, denunciando a falta de investimento do setor público, a mercantilização da vida e o abandono da cidade, principalmente das zonas periféricas. O objetivo da reforma urbana é a redemocratização da cidade, a garantia do direito à uma vida plena e de qualidade que venha atender demandas como educação, saúde, lazer, entre outras.

Com a consolidação da luta por reforma urbana muitos avanços ocorreram, como as criações das leis orgânicas dos municípios, com a articulação da FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana), e a criação nos municípios de fóruns, conselhos e audiências públicas que, em tese, garantem o envolvimento da população na elaboração de um plano diretor específico para cada cidade. Contudo, mesmo com todos esses avanços ainda encontra-se entraves para a efetivação do direito à cidade, uma cidade para todos, como é o caso que encontramos no Loteamento Santa Cecília, localiza-se no bairro Três Vendas no município de Pelotas/RS e caracteriza-se por ser uma área de ocupação urbana.

As famílias que ali residem ocupam a referida área há 20 anos. Trata-se de famílias de trabalhadores, que na sua maioria ganham a vida na informalidade, oriundos do bairro Santa Terezinha, que faz divisa com a localidade. Os primeiros ocupantes da localidade residiam em casas cedidas ou alugadas que, sem condições de manter suas moradias, viram no leito da Sanga uma alternativa de um lugar próprio para morar.

A situação de pobreza vivenciada pelas famílias ocupantes do leito da Sanga é consequência da própria dinâmica do modelo de produção capitalista, manifestando-se como resultado de um processo social, oriundo do modelo de urbanização e formação das cidades contemporâneas. Para este, as áreas de ocupação são aquelas abandonadas, esquecidas, impróprias para o mercado imobiliário. Na maioria das vezes com restrição a ocupação, áreas de desmoronamento, alagadiças, sem infraestrutura urbana, como é esse caso.

O loteamento Santa Cecília encontra-se na no entorno da Sanga das Três Vendas, que é um braço hídrico do canal Santa Bárbara e atualmente recebe quase todo o esgoto doméstico das três vendas, tornando o local extremamente poluído. Esse curso hídrico corta a cidade e serve como escoadouro das águas pluviais e esgoto. A sanga das Três Vendas tem 5,258 km de extensão total e 2,470 km de extensão urbana. Atualmente todo o esgoto doméstico das três vendas é despejado ali, expondo a população a riscos ambientais extremos como erosão do solo, doenças de vinculação hídrica, entre outras. Por residirem em uma área de ocupação, eles não disponibilizam de saneamento adequado.

Ter direito à cidade é ter acesso a toda infraestrutura, ter os direitos sociais garantidos e esses sendo acessados através das políticas públicas. Considera-se que o direito à cidade pressupõe o acesso à terra urbanizada, condições dignas de habitação, serviços públicos essenciais com qualidade, acesso universal aos serviços de saneamento, iluminação pública, mobilidade e acessibilidade, transporte público com qualidade. Contudo, no loteamento Santa Cecília, identificamos que nem mesmo a Política de Assistência Social/PNAS, não está sendo assegurada, já que o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS Três Vendas não consegue atender a população que reside no local, fazendo com que as políticas sociais, muitas vezes não chegam aos que lá residem, inclusive programas como o Bolsa Família, por exemplo, que poderia oferecer uma relativa mudança na vida das pessoas, reforçando a ideia de que eles sofrem um processo de segregação, não conseguindo acessar os serviços públicos.

4. CONCLUSÕES

Por se tratar de uma pesquisa que ainda está em fase de andamento, não conseguiremos expor um quadro fechado da realidade observada, e ainda se levarmos em conta que se trata de uma pesquisa qualitativa, de observação cartográfica, entenderemos que a realidade é mutável e que nesse momento é possível apenas inferir alguns aspectos do campo de estudo. Portanto, cabe salientar que o objeto dessa pesquisa é a discussão e a reflexão da realidade que vivem as famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução da desigualdade social.

Pesquisar a função social da posse da terra é investigar o processo de urbanização histórico que passou todo um contingente populacional, é reconhecer os conflitos de ordem econômica, política e geográfica que pulsam no interior das cidades. Tornando a pesquisa em questão uma ferramenta para estudar o resultado da urbanização caótica, analisando suas condições de vida, a desproteção social e a invisibilidade pública, pautando os direitos sociais e humanos não garantidos, na constituição do desenho urbano na formação da sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos 1992;
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BOCCHINI, M. Ot. et al. **Cartilha "Vamos mudar nossas cidades?"**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- DCARMO, C. **Cartografias contemporâneas: memória e cidade na ficção**. Ilhéus: Ed. UESC, 2011.
- GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 2001.
- GUATTARI, F. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000;
- LUSTOSA, M. G. O. **Reforma agrária à brasileira**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

- PASSOS, E. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre – Rio Grande do Sul, 2009.
- PEREIRA, P. A. P. **Política social temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2008.
- RAMMÊ, R. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2012.
- SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- SILVA, J. S. **Regularização fundiária, exercitando um novo paradigma: um conflito também ideológico** – apresentação de casos. In: IPEA. **Planejamento e políticas públicas**, n. 34, p. 241-257. Brasília: IPEA, 2010.
- TREVAS, V.; MAGALHÃES, I.; BARRETO, L. (Orgs.) **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998

Tese/Dissertação/Monografia

- MOURAD, L. N. **Democratização do acesso à terra urbana em Diadema** (Dissertação de mestrado) Campinas: PUC Campinas, 2000.

Documentos eletrônicos

- ALFONSIN, Jacques Távora. **A função social da posse como pressuposto de licitude ético-jurídica do acesso e da conservação do direito à terra.** Acessado em 17 fev. 2014. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/capturacriptica/documents/n1v2/paciais/ribas%28n1v2%29>
- INCRA. **Cidadania e Reforma Agrária.** Acessado em 03 de mai. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>.